

Educação bancária S/A: o banco mundial e o negócio do desmonte educacional à luz de Paulo Freire.

Banking education Inc.: the world bank and the business of dismantling education in light of Paulo Freire.

Hélcio Alves da Silva Pinto

Resumo

Este artigo analisa o percurso histórico das políticas educacionais brasileiras entre as décadas de 1970 e o primeiro governo Lula (2003–2006). Investiga-se como as forças políticas de direita articularam o desmonte da escola pública, transitando do tecnicismo autoritário civil-militar ao gerencialismo neoliberal subordinado às diretrizes do Banco Mundial. Utilizando como chave analítica o referencial teórico de Paulo Freire, contrapõe-se a lógica mercantil que converte o estudante em “aluno-cliente” à pedagogia da emancipação. A metodologia ancora-se na pesquisa qualitativa por meio de revisão bibliográfica e análise documental da legislação do período. Conclui-se que o desmonte educacional operou como um projeto político deliberado de adequação do país à periferia do capitalismo globalizado, elegendo o legado freiriano como principal alvo a ser neutralizado.

Palavras-chave: Paulo Freire; Banco Mundial; Desmonte Educacional; Neoliberalismo; FUNDEF.

Abstract

This article examines the historical trajectory of Brazilian educational policies from the 1970s to the first Lula administration (2003–2006). It investigates how right-wing political forces orchestrated the dismantling of public education, shifting from the authoritarian technicism of the civil-military dictatorship to the neoliberal managerialism aligned with World Bank directives. Using Paulo Freire’s theoretical framework as an analytical lens, the study contrasts the market-driven logic that transforms students into “client-learners” with a pedagogy grounded in emancipation

and critical consciousness. Methodologically, the research draws on qualitative analysis through bibliographic review and documentary examination of key legislation (Law 5.692/1971, the 1996 National Education Guidelines and Framework Law, and FUNDEF). The findings indicate that the dismantling of public education functioned as a deliberate political project aimed at adapting Brazil to the periphery of global capitalism, with Freire's legacy intentionally targeted as an obstacle to be neutralized.

Keywords: Paulo Freire; World Bank; Educational Dismantling; Neoliberalism; FUNDEF.

1 Introdução

A educação pública brasileira constitui, historicamente, um campo de disputas ideológicas, econômicas e sociais. Longe de configurar um espaço neutro, as políticas educacionais refletem projetos de sociedade em disputa. Como observa Giroux (2018), o neoliberalismo transformou a educação em um dos principais territórios de batalha política e cultural.

Este artigo busca compreender como as reformas educacionais implementadas no Brasil entre os anos 1970 e 2006 operaram o desfinanciamento e o esvaziamento crítico da escola pública, e de que forma o pensamento de Paulo Freire desvela e confronta a conversão do direito à educação em mercadoria.

2 Metodologia

A pesquisa é qualitativa, teórica e documental. O percurso metodológico articula:

- análise documental da legislação educacional (Lei nº 5.692/1971; LDB nº 9.394/1996; FUNDEF);
- exame crítico de relatórios do Banco Mundial;
- revisão bibliográfica da obra de Paulo Freire;
- diálogo com autores da economia política da educação (Saviani, Frigotto, Gentili) e autores contemporâneos (Giroux, Darder, McLaren, Penna, Pinheiro Machado).

A análise segue o método dialético, buscando desvelar contradições entre o discurso tecnocrático e a práxis emancipatória freiriana.

3 Referencial Teórico: A Pedagogia Freiriana como Antítese do Capital

A pedagogia freiriana constitui uma teoria crítica do conhecimento e da emancipação humana. A concepção bancária de educação, denunciada por Freire (1970), reduz o educando a recipiente passivo:

“A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à arquivagem dos relatos [...] Eis aí a concepção ‘bancária’ da educação” (FREIRE, 1970, p. XX).

Autores contemporâneos reforçam essa crítica:

- Darder (2018) destaca que a educação bancária naturaliza desigualdades estruturais.
- McLaren (2020) afirma que a pedagogia crítica é um ato de resistência contra a mercantilização da vida.
- Giroux (2020) identifica Freire como uma das últimas trincheiras democráticas diante da ofensiva autoritária global.

4 O Percorso Histórico do Desmonte (1970–2006)

4.1 Os Anos 70 e o Tecnicismo Autoritário

A Lei nº 5.692/1971 consolidou o tecnicismo como diretriz oficial da ditadura. O regime militar promoveu o esvaziamento das ciências humanas e a profissionalização compulsória do ensino médio. O MOBRAF representou a antítese do método freiriano, reduzindo a alfabetização a adestramento funcional.

4.2 A Ofensiva Gerencialista dos Anos 90

Nos anos 1990, o Banco Mundial tornou-se formulador intelectual das reformas educacionais. A educação passou a ser tratada como investimento individual, alinhada à Teoria do Capital Humano. A LDB/1996 e as avaliações padronizadas instituíram a lógica gerencialista.

4.3 A Engenharia da Focalização: O FUNDEF

O FUNDEF materializou a política de focalização recomendada pelo Banco Mundial, concentrando recursos no ensino fundamental e asfixiando creches e ensino médio. Penna (2017) demonstra que essa política reforçou desigualdades estruturais.

5 Discussão: O Confronto Dialético e o “Aluno-Cliente”

A figura do “aluno-cliente” sintetiza a mercantilização da educação. Pinheiro-Machado (2019) argumenta que o neoliberalismo captura o desejo de ascensão social e o converte em individualismo competitivo.

Freire (1970) denuncia essa adesão ao opressor:

“A sua visão do homem novo é uma visão individualista” (FREIRE, 1970, p. XX).

A pedagogia das competências reforça a adaptação ao mercado e neutraliza a crítica social.

6 A Transição para o Primeiro Governo Lula (2003–2006)

O governo Lula ensaiou uma inflexão democrática com a criação da SECADI e do PBA. Contudo, como observa Santos (2020), a conciliação de classes limitou a ruptura com o modelo gerencialista. O ProUni ampliou o acesso, mas fortaleceu oligopólios privados. O FUNDEB representou avanço ao universalizar o financiamento.

7 Considerações Finais

O desmonte da escola pública não foi acidental, mas um projeto político articulado. A pedagogia freiriana permanece como antítese radical da lógica de mercado e como horizonte de resistência democrática.

Referências

- BANCO MUNDIAL. *Prioridades e estratégias para a educação*. Washington, DC: Banco Mundial, 1995.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Brasília, DF, 1971.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.
- DARDER, A. *The Student Guide to Freire's Pedagogy of the Oppressed*. New York: Bloomsbury, 2018.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola inoperante*. São Paulo: Cortez, 1984.
- GIROUX, H. *On Critical Pedagogy*. New York: Bloomsbury, 2018.
- GIROUX, H. *The Terror of Neoliberalism*. New York: Routledge, 2020.
- GENTILI, P. (Org.). *A falsificação do consenso*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MCLAREN, P. *Pedagogy of Insurrection*. New York: Peter Lang, 2020.
- PENNA, F. *Escola sem Partido*. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.
- PINHEIRO-MACHADO, R. *Amanhã vai ser maior*. São Paulo: Planeta, 2019.
- SANTOS, B. S. *A cruel pedagogia do vírus*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 1983.

